

QUALIFICAÇÃO E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NO CAMPO: A CASA FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR

Raquel Mendes do Carmo¹
Silvio Colognese²

RESUMO

A importância da agricultura familiar está presente no mercado brasileiro, e reproduz a permanência do homem no campo, diminuindo o êxodo rural. Dessa forma, explorar o ambiente sem degradar a natureza, faz com que a agricultura familiar proporcione a permanência do homem no campo e a geração de renda ambientalmente correta. Exemplo disso, o setor é responsável pela segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Denota com isso, que, a agricultura familiar apresenta capacidade de geração de renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira. Diante do exposto, a problemática da relação entre permanência do jovem agricultor no campo e qualificação, ficou evidente que há soluções para reverter o número de jovens que deixam o espaço e o trabalho na propriedade rural. Uma delas é a participação na Casa Familiar Rural, o que faz com que o jovem busque se qualificar para continuar na atividade a qual, seus pais o orientam a ficar. A Casa Familiar Rural, representa um instrumento para a permanência do jovem agricultor no campo. Sua contribuição, proporciona a diferenciação para a permanência, pois, tem como princípio norteador, a combinação de formação teórica aliado à prática. Logo, cabe destacar a importância desse tipo de educação voltada para agricultores. Na Casa Familiar Rural, o jovem agricultor, recebe uma educação integral destinada a conhecer e compreender a realidade em que vive. Tudo ocorre de forma global e integrada, o que faz com que a transferência de conhecimentos esteja direcionado para a agricultura.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Casa Familiar Rural. Qualificação. Permanência.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva investigar a relação existente entre permanência do agricultor no campo e sua qualificação. Uma vez que detalha o contexto de transformação pelo qual passa a agricultura, tendo como base a agricultura familiar, (doravante A. F.) não necessariamente pequenas propriedades, mas aquela que consegue unir na mesma unidade produtiva: família, produção e trabalho.

¹ Secretária Executiva Bilíngüe. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, pela UNIOESTE/Toledo – PR. E-mail: proframc2010@hotmail.com.

² Professor Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil(1997) Professor titular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro de corpo editorial do Tempo da Ciência (UNIOESTE). E-mail: silviocolognese@ibest.com.br.

Visamos identificar como a qualificação possibilita a permanência do agricultor em continuar na atividade rural, pois é, uma construção social, uma interação entre os elementos envolvidos. Qualificar significa, não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, mas, educá-lo, ensinando-o a aprender a buscar o conhecimento, a fim de melhorar sua atuação na atividade e no meio em que vive.

Diante do exposto, esta análise verifica como a agricultura familiar é reproduzida, seus papéis e atuação no meio rural. Dessa forma, ela é ponto de diferenciação, bem como, traduz um instrumento para a permanência do jovem agricultor e a sua realidade.

Qualificação constitui um processo permanente, principalmente para aqueles que formam uma cadeia produtiva, como é o caso da agricultura. Logo, é apresentado a qualificação como forma de continuidade para a realidade do campo. Uma vez que qualificação para o campo, independe de nível de escolaridade, ou seja, o setor experimenta atualização contínua, seja através de tecnologias ou aperfeiçoamento de informações e novos conhecimentos ligados à atividade

Para proceder esta abordagem, foi utilizado a metodologia do estudo de caso, o qual procura explorar situações da vida real, preservando o caráter unitário do objeto estudado, ou seja, a agricultura e os agricultores familiares. Isso leva-nos a apresentar a Casa Familiar Rural como um instrumento para viabilização da permanência do homem no campo e sua qualificação.

Para o procedimento de coleta de dados, se utilizou da observação in loco, entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos e questionários para o levantamento dos dados acerca das famílias pesquisadas, ou seja, dos agricultores. Na coleta de dados primários foram realizadas observações participantes, com o objetivo de conhecer o grupo e buscar a realidade objetiva e subjetiva do grupo. Sobre a análise documental, foram conduzidas pesquisas, levantamento de referências expostas em meios escritos.

Para interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consistiu uma análise dos dados em que o primeiro passo residiu na transcrição dos encontros, das entrevistas e na leitura do material de circulação interna. A referida técnica de análise pode ser caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos, aplicáveis a discursos diversificados, visando a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos à produção das variáveis inferidas nas mensagens.

Portanto, a agricultura familiar pelo seu potencial, constitui parte importante da solução dos problemas do país, visto que ela apresenta grande potencial de desenvolvimento, sendo capaz de diminuir a idiosincrasia no campo, bem como, as desigualdades socioeconômicas e o mau uso dos recursos naturais disponíveis à sociedade rural.

2. ASPECTOS TEÓRICOS, AGRICULTURA FAMILIAR E PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR NO CAMPO

A A. F. é constituída por pequenos e médios produtores, que representam a imensa maioria rural no Brasil. Agricultores familiares são pessoas que podem diversificar a produção, diluir custos, maximizar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra da família. Com isso, os empreendimentos familiares apresentam como características, a administração pela própria família trabalhando diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Não é necessariamente em pequena propriedade, mas precisa unir na mesma unidade produtiva: família, produção e trabalho (WANDERLEY, 1999, p. 25).

Segundo o autor, A. F. pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, trabalha no estabelecimento produtivo. Dessa forma, esse caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família, produção e trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Logo, essa categoria é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho, assume no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

A. F. é caracterizada por uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família, ou seja, todos são patrões e empregados de si próprios ao mesmo tempo. Dessa forma, configura-se como uma produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo da propriedade, dando ênfase na diversificação da produção. Logo, não cabe a idéia da monocultura, tornando necessário abrir espaço para outras culturas e, por isso, exerce importante função ambiental, econômica e social.

Em relação ao aspecto ambiental, diz respeito às questões ligadas a preservação do meio ambiente. No aspecto econômico, atua como meio de sobrevivência das famílias e, no aspecto social, garante a melhoria na qualidade de vida

das pessoas. Para Cancelier et al (2005, p.5), os agricultores familiares estão encontrando alternativas para se manter no campo. Apesar de grande parte das propriedades serem pequenas (em média 20 ha), a diversificação da produção é prática comum para a maioria delas. O agricultor desenvolve atividades variadas, objetivando manter a família e a propriedade, estas práticas estão possibilitando que o produtor adquira renda e acredite ser possível o desenvolvimento a partir da pequena propriedade.

Para Girardi (1996, p. 33), a A. F. configura-se nas unidades produtivas em que todo e qualquer trabalho é desenvolvido pelos membros da família, que detêm a posse da terra e dos instrumentos de trabalho, bem como tenha pelo menos 80% da renda familiar proveniente da atividade agropecuária.

Segundo Lamarche (1997, p.15), a caracterização das propriedades familiares como unidades de produção, consiste nas quais, a propriedade está intimamente ligada à família. Isso nos leva a crer que agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (TEDESCO, 1999, p.62).

Conforme Tedesco (1999, p.33), a classificação dos agricultores familiares se divide em: consolidados, transição, periféricos ou subsistência, sendo condizente com a realidade. Para ele:

a) agricultores familiares consolidados são aqueles que possuem propriedade semi especializadas e diversificadas, desenvolvendo de três a cinco atividades para obtenção da renda, tais como: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura e olericultura. São propriedades geralmente menores de 200/ha, com concentração próxima a 50/ha; usam alta tecnologia e geralmente recorrem ao crédito rural, com produtores mais esclarecidos e cujo proprietário mora na propriedade.

b) agricultores familiares em transição são aqueles que possuem propriedade com um nível de diversificação maior, de três a seis atividades para obtenção da renda. A saber, culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura e piscicultura. São pequenas e médias propriedades e os

produtores, de menor esclarecimento que os consolidados, também, residem na propriedade.

c) os agricultores familiares periféricos ou de subsistência são aqueles que possuem propriedade muito diversificada. Suas atividades são de quatro a sete itens para obtenção da renda: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura e fruticultura. Com propriedades geralmente menores de 50/ha, usam baixa tecnologia e a utilização de crédito rural é inexistente, moram na propriedade e possuem pouco esclarecimento.

A A. F. está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma ocupação populacional mais equilibrada no território, ou seja, distribuídas em pequenas porções de terra. De acordo com Olalde (2009, p. 1-4), tem sido discutida e defendida uma perspectiva que reforça a idéia da distribuição populacional, em que a dimensão territorial do desenvolvimento rural, estabelece que as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser integradas no espaço local.

Desse modo, a principal característica da agricultura é a produção de alimentos e matérias-primas para atender às necessidades humanas. Configura-se como uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita. Segundo Olalde (2009, p.2-3), a A. F. está relacionada com multifuncionalidade que, além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. O meio rural, que ao longo do tempo era visto por muitos, como fonte de problemas, atualmente aparece como portador de soluções, e melhoria da capacidade organizacional dos produtores, agregando valor aos produtos e facilitando o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos. Dessa forma, constitui um instrumento que contribui para o aumento da renda e do desenvolvimento regional.

2.1 A qualificação como instrumento influenciador para a permanência do agricultor familiar no campo

Com o intuito de contribuir com a expansão da atividade para a permanência, a qualificação gera oportunidades e renda na atividade rural. Conforme aumenta a produção agrícola, o produtor rural ganha preparo capacitado para as funções desempenhadas na propriedade.

Para Gitahy (1994, p. 144-153), a qualificação é tida como um conjunto de competências profissionais, o que significa englobar as noções do saber através do conhecimento adquirido, do saber fazer, com a capacidade de transformar o conhecimento teórico em trabalho, compreendendo a dimensão comportamental, ou seja, o conjunto de habilidades, qualidades e competências.

A qualificação está baseada em cursos que atendam a demandas de capacitação, dirigidos para agricultores interessados em melhorar a atuação no meio em que vivem e proporcionar uma atividade diferenciada, com qualidade. Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do agricultor para torná-lo agente e facilitador, visando melhorias à sociedade e no aprimoramento dos processos. (EMATER, 2009, p. 8).

Com o objetivo de promover a capacitação de agricultores familiares no Estado, a Emater (2009, p. 8) realiza cursos voltados para a qualificação dos agricultores familiares assistidos pelo órgão. Compreende curso sobre associativismo e cooperativismo, piscicultura, apicultura, olericultura, bem como artesanato, com as técnicas para confecção de tapetes, visando à diversificação da propriedade.

Com o objetivo de disseminar o conhecimento a agricultores familiares, sindicatos, associações e entidades representativas, realizam diversos cursos em diferentes localidades, voltados para a qualificação dos agricultores familiares assistidos pelos municípios. A capacitação e qualificação profissional são fundamentais para quem busca um aprimoramento da sua atividade. Qualificar-se ou capacitar-se para uma determinada função ou tarefa é requisito indispensável para que se busque uma melhoria contínua no processo. Motivo pelo qual, o jovem agricultor familiar permanece no campo, amplia o conhecimento adquirido, e faz com que esteja buscando qualificar-se, ou seja, a qualificação é um poderoso instrumento para a permanência do agricultor familiar no campo.

2.2 A relação entre qualificação e permanência do agricultor familiar no campo: a Casa Familiar Rural de Candói - Pr

O fenômeno da permanência dos jovens agricultores familiares no campo, está atrelado a uma série de fatores que determinam o futuro da atividade rural. Um dos fatores que é determinante para a continuidade da atividade, é a qualificação como

forma de alavancar conhecimentos para aprimorar a consecução das atividades já desenvolvidas. Para Castro (1995 p. 4), a qualificação é compreendida como um conjunto de condições físicas e mentais que compõe a capacidade de trabalho ou a força-de-trabalho despendida em atividades voltadas para a produção de valores de uso.

Com base nestes atributos, vale ressaltar que a qualificação proporciona condições para o trabalhador identificar-se com o trabalho e principalmente experimentar um novo desafio. Dessa forma, a Casa Familiar Rural possibilita ao jovem agricultor, buscar conhecimento específico para lidar com as atividades desenvolvidas na propriedade rural, o que nada mais é, do que uma empresa, na qual, além de proprietário é trabalhador e desempenha ambas as funções.

Este estudo mostra a qualificação associada à permanência do jovem no campo, de sorte que quanto maior esta qualificação, maior a tendência para a permanência no campo. A qualificação constitui um instrumento de preparação para a permanência no espaço rural voltada para a valorização das especificidades da vida, através da construção e transformações das condições de vida no meio rural. Estas transformações não significam trazer a urbanização para o espaço rural, mas sim, trazer condições dignas de sobrevivência no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas da vida humana, possibilitando o acesso à informação e inserção no mundo tecnológico e globalizado, sendo uma realização atual (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p. 21).

No contexto de desenvolvimento, devemos enfatizar a importância de uma educação voltada para a agricultura e ao agricultor, que na atualidade, além das dificuldades ocasionadas pelo processo de modernização, enfrenta um problema não menos grave, ligado ao ensino formal. O mesmo, além de ser considerado inadequado, é pouco atrativo e ainda desestimula o jovem a continuar na atividade agrícola. Diante disso, a Casa Familiar Rural surge como opção para a educação de jovens filhos de agricultores. Destinada a proporcionar conhecimentos baseados na realidade do campo, constituindo um instrumento para a permanência do agricultor no campo.

As *Maisons Familiales Rurales* – MFRs, ou Casa Familiar Rural - CFRs, denominadas no Brasil, tiveram origem na França em 1935, no povoado de Lot et Garonne, em um pequeno vilarejo, ao Sul da França, denominado de Lanzun. De acordo com Passador (2003, p. 51-52), surgiram pela necessidade de dinamizar o meio agrícola através da formação dos jovens e da viabilização da atividade agropecuária.

Por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, preocupadas com a adoção de uma formação profissional aliada à educação humanista para seus filhos,

buscavam solucionar dois problemas. Se de um lado, as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes camponeses a abandonar a terra. E, por outro, a necessidade de fazer chegar ao campo a evolução tecnológica de que precisavam. Criaram então a primeira Casa Familiar Rural, chamada de *Maison Familiale Rurale*, onde os jovens passavam duas semanas recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola regional e duas semanas nas propriedades rurais, aplicando os conhecimentos recebidos (PASSADOR, 2003 p. 56).

Com o sistema educacional da época, considerado pouco atrativo para o meio rural, surgiu um projeto educacional, uma proposta que tinha por objetivo oferecer aos jovens uma formação alternativa de acordo com a realidade, que, além de um aprendizado teórico-prático, possibilitasse a motivação para os estudos e recuperação da autoestima. Uma vez que, a insatisfação dos agricultores e de seus filhos era motivo para preocupação das famílias. O projeto se propunha a buscar o desenvolvimento social e econômico da região.

A Casa Familiar Rural está baseada na estrutura da Pedagogia da Alternância, ou seja, enfatiza o respeito à cultura do sujeito do campo, proporcionando uma proposta diferenciada e alternativa, constituindo no universo pedagógico como sendo uma pedagogia da resistência cultural em relação à forte hegemonia neoliberal presente na educação brasileira, principalmente, a partir da década de 1990.

Para Godinho (2009, p. 1-2), alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro espaço consiste na família e na comunidade de origem real. O segundo, compreende a escola onde o educando partilha com os outros atores os diversos saberes que possui e reflete sobre eles em base científica e retorna para a família e a comunidade, a fim de continuar a prática, aliado à teoria, seja na comunidade ou propriedade, através de atividades de técnicas agrícolas ou na inserção em determinados movimentos sociais.

Inicialmente, o modelo de educação desenvolvido pela Casa Familiar Rural constitui-se uma alternativa para a educação no campo que consiste em mesclar períodos de uma semana em regime integral na Casa e uma semana de aplicação dos conhecimentos na propriedade familiar, supervisionado pelos monitores. O objetivo é promover uma educação, formação e profissionalização mais apropriada à realidade do campo. Esse processo permite que o aluno aprenda técnicas que serão úteis para a vida no campo e as coloque em prática no convívio familiar.

Dessa forma, a Casa Familiar Rural, oferece aos jovens rurais uma formação integral, adequada à sua realidade e permite atuação como um profissional no meio rural, além de terem condições de exercer plenamente sua cidadania. Objetiva melhorar a qualidade de vida dos agricultores, através da aplicação de conhecimentos técnico-científicos organizados a partir dos conhecimentos familiares e também, da pedagogia da alternância.

2.3 Contribuição da Casa Familiar Rural de Candói para a qualificação do agricultor familiar e sua permanência no campo

Para aqueles que buscam conhecimento, a Casa Familiar Rural, fomenta no jovem agricultor rural, o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo. A respeito de suas especificidades e diferenças, a Casa Familiar Rural têm como princípio fundamental e norteador dos seus projetos educativos a Pedagogia da Alternância. Tal princípio repousa sobre a combinação, no processo de formação do jovem agricultor, de períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar/produtivo. Alterna-se, assim a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (PASSADOR, 2003, p. 60).

A Pedagogia da Alternância é um processo formativo e contínuo de atividades e de espaços e tempos. Passador (2003, p. 60), afirma que é necessário haver integração formativa nos diferentes espaços. No espaço escola-família, é necessário uma didática específica, com instrumentos metodológicos tais como: plano de estudo, atendimento personalizado, colocação em comum, caderno da realidade, caderno didático, visitas e viagens de estudo, intervenções externas, experiências, visitas às famílias, estágio, projeto profissional do jovem, caderno de alternância e avaliação. Uma equipe de monitores, ligados às áreas de Ciências Agrárias, são responsáveis pela organização, pela dinamização das atividades docentes, e pela elaboração, em conjunto com os pais, Associação da CFR e Órgãos, de um Plano de Formação, sempre respeitando o calendário agrícola local. Os monitores têm apoio e assessoramento técnico e pedagógico das entidades locais e estaduais. Os monitores acompanham o trabalho, o projeto profissional de cada jovem e particularmente, através das visitas nas famílias durante os períodos de alternância.

A participação da Casa Familiar Rural de Candói, vai além da formação de jovens agricultores e suas famílias. Efetiva a viabilização de políticas públicas para

associados e também para agricultores familiares do município. Salienta-se que a participação da entidade parece ser fundamental para oportunizar às famílias e jovens associados, a chance de vislumbrar um futuro com qualidade de vida, e possibilitando aos mesmos colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Quanto à questão social, favorece o resgate da autoestima e a possibilidade de pessoas que nasceram e se criaram no meio rural, ter a condição de vislumbrar um futuro para si e seus familiares e, proprietários do negócio que trabalham por conta própria.

Dessa forma, Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar através dos Planos de Estudos, envolvendo família, comunidade e escola. Ao procurar responder às questões através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios e experimentos em casa a partir do aprofundamento teórico, o jovem percebe o quanto pode aprender na prática. O princípio é que a vida ensina mais que a escola, por isso, o centro do processo ensino-aprendizagem é o aluno e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida no processo de ensinar e, também, ponto de chegada, pois o método da alternância constitui-se no tripé ação – reflexão – ação – ou prática – teoria – prática.

Com a prática dessa metodologia, a educação apresenta resultados no curto prazo. Os jovens se transformam em agentes multiplicadores, mudando sua realidade, pois cada um exerce sua condição de protagonista, liderando e exercendo forte papel nas localidades de origem, comunidade, bem como em associações rurais.

Para os pais, dos jovens agricultores participantes do sistema da Casa Familiar Rural, o fato do jovem agricultor ter de ficar uma semana fora de casa, causa certo distanciamento da família e da comunidade, mas para o jovem agricultor, essa distância é benéfica, pois além de adaptação, o jovem tende a crescer intelectualmente, se tornando mais responsável e independente. Um dos benefícios presentes neste tipo de estrutura é o amadurecimento e acesso à vida real. Com o uso de tecnologia, permite ao jovem agricultor sair do seu mundo pequeno, fechado e retraído, possibilitando um estado extrovertido e dinâmico, o que faz com que a permanência no campo seja um forte ponto de diferenciação.

Para a Casa Familiar Rural, a pedagogia da alternância permite fazer uso de instrumentos pedagógicos. Constituído do plano de estudo, este meio de pesquisa participativa, é aplicado no meio-família ou comunidade. Dessa forma, o contato faz referência ao que o jovem aprende e o que anseia, seja nos estudos, família e futuro.

Para a colocação em comum do tema gerador sócio-profissional, os jovens discutem e registram suas pesquisas, juntamente com todas as atividades ligadas aos planos de estudos. Através do tempo-estudo, é possível adquirir cientificidade, mesclando a teoria com a prática. Os métodos de avaliação consistem em provas, trabalhos em sala de aula, planos de visitas de estudos, visitas através do tempo-família e tempo-comunidade.

A Casa Familiar Rural permite que os jovens agricultores se qualifiquem e possam adaptar-se à evolução no campo em conjunto com a sua família e comunidade onde vivem. No uso de suas atribuições, a Casa Familiar Rural busca oferecer aos jovens agricultores uma formação integral, adequada à sua realidade, que lhes permitam atuar, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercerem plenamente a cidadania.

Objetiva orientar o jovem agricultor sobre a importância da permanência no campo, quanto às possibilidades de trabalho em seu meio sócio-profissional, em condições dignas de vida, fazendo com que sua permanência no campo, origine os padrões de vida compatíveis com o mundo atual (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 2).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010, p.3), a Casa Familiar Rural proporciona uma formação técnica, humana e gerencial ao jovem agricultor. Sua origem familiar é composta por pessoas que obtêm sustento pelo trabalho originário da agricultura. Seu público-alvo é de jovens agricultores que buscam uma qualificação que proporcione uma maior interação e apropriação de técnicas de aperfeiçoamento da agricultura familiar, fazendo com que a relação escola – família - comunidade seja uma constante na troca de conhecimentos. No processo da prática educativa, a Casa Familiar Rural, desenvolve e direciona a formação para o trabalho agrícola. Com a filosofia do não distanciamento da proposta inicial, o trabalho e o preparo dos filhos dos trabalhadores rurais se dá pela proposição para a permanência no campo, sem deixar de lado o atendimento quanto à formação escolar, atendendo ao currículo pleno da educação.

O educando a partir de sua realidade e daquilo que já conhece, no processo formativo agrega novos conhecimentos tornando-se apto à reconhecer problemas antes não percebidos. Passa a perceber novas faculdades que os instrumentaliza, promovendo condições para transformações em sua realidade a partir de suas próprias intervenções, de acordo com princípios éticos, ecológicos e solidários (PASSADOR, 2003 p. 60).

A contribuição que a Casa Familiar Rural proporciona aos jovens agricultores são as possibilidades de enxergar as inter-relações do mundo vivo e eco dependências do ser humano. Considerada uma educação integral, ela permite ao jovem agricultor, compreender melhor sua realidade, ampliando sua visão de mundo, de forma global e integrada, implicando no papel fundamental para a permanência do jovem agricultor no campo.

Segundo Freire (1997, p. 52), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. Dessa forma, é preciso garantir a formação e capacitação às jovens agricultoras e aos jovens agricultores, permitindo a conscientização ambiental, a aplicação de práticas agrícolas e manejo animais ecológicos. Os jovens agricultores passam a incorporar novos conhecimentos ao aplicá-los em suas atividades agropecuárias, bem como muitas famílias passam a se convencer dos benefícios adquiridos. É uma educação transformadora para os jovens que estão em formação, e para toda a sua família. Proporcionando um processo de ensino-aprendizagem que permite ao jovem agricultor aprender a partir da sua realidade, reconhecendo-a, valorizando-a e re-significando o rural, percebendo que é preciso viver, reproduzir seus sistemas de produção.

Atualmente a Casa Familiar Rural está presente nos cinco continentes, em trinta países, primando pela concepção, responsabilidade e dedicação das famílias na formação dos jovens agricultores, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 1).

No Sul do Brasil, o processo de implantação da Casa Familiar Rural ocorreu no Paraná e teve início em 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antonio do Sudoeste, com o apoio dos agricultores e o envolvimento da comunidade.

Hoje, há mais de 270 Casas Familiares Rurais no Brasil. Só na região Sul do País, somam 83, representando 250.000 pessoas envolvidas direta ou indiretamente. No Estado, estão presentes em 41 escolas, e está presente nas regiões onde a agricultura familiar é fonte de recursos e precisa de mão-de-obra qualificada (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 3).

Para Passador (2003, p. 53), a Casa Familiar Rural é projetada para ser uma instituição educativa que utiliza métodos pedagógicos adequados à educação dos jovens rurais, baseados na realidade, na participação da família e na alternância. Para levar a efeito esse método, faz-se necessário que os professores e monitores possuam conhecimentos técnicos na área das ciências agrárias, qualificação pedagógica e familiaridade com o meio agrícola. É necessário, ainda, que o grupo de professores e

monitores atue junto com a associação no projeto de formação dos jovens, opinando permanentemente sobre o conteúdo dos planos de estudo, conduta da alternância, relação com os pais e comunidade e quanto ao futuro profissional dos jovens.

A Casa Familiar Rural, é uma instituição educativa de ensino informal, regida por uma associação de produtores através de um conselho eleito por assembléias. Com o intuito de proporcionar a instalação de uma Casa Familiar Rural, em 1968, a ocorreram as primeiras tentativas para implantação deste novo sistema de engajamento da permanência do jovem agricultor no campo.

O objetivo da Casa Familiar Rural é estimular os jovens agricultores a permanecer no campo, trabalhar e progredir em suas atividades, valorizar o meio rural. Um exemplo desse sistema de ensino vem da região Centro Sul do Estado do Paraná. A Casa Familiar Rural de Candói é uma destas instituições. Existente desde 1994, abriga 34 alunos divididos em 2 turmas, compreendendo 7^a e 8^a séries.

Para o Iparde, o Município de Candói, localizado no terceiro planalto paranaense, no Centro-Sul do Estado do Paraná, possui área de 1.513 Km². De acordo com dados do Iparde, a população era de 14.185 habitantes. Disposta da seguinte maneira: população urbana composta por 5.158 pessoas e a rural 9.027 habitantes. O que denota que sua população se concentra no campo (IPARDES, 2010, P. 9).

Candói apresenta dois aspectos que merecem destaque. Se de um lado, o município concentra as grandes propriedades de produção de monocultura, onde as terras são planas, as quais se ocupam da agricultura tecnificada e também da criação do gado bovino de corte. Por outro, margeando os rios Iguaçu e Cavernoso, se concentram as pequenas propriedades, os agricultores com menor condição financeira representado por famílias migrantes de outros estados e diferentes regiões do Paraná, favorecendo a agricultura familiar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Foram entrevistados em forma de questionários, os 34 alunos, e também em forma de pesquisa participante, no sentido de buscar indícios que permitiram desenvolver a pesquisa. O questionário foi dividido em questões pessoais para conhecer o educando, suas famílias e, questionamentos relacionados à Casa Familiar Rural, seus ensinamentos e contribuições, quanto à permanência no campo.

Evidenciou-se que há uma forte diversificação da propriedade, mesmo que seu tamanho varie até 10 alqueires, ou seja, 12% das propriedades estão acima de 10

alqueires e 88% até 10 alqueires. Relacionado à mão-de-obra utilizada e número de trabalhadores, por se tratar de agricultores familiares, a mão-de-obra toda é desempenhada pela família.

A atividade mais encontrada, é a produção de grãos, principalmente a cultura do feijão e milho, alternada com gado e olericultura. O que se percebe, com o passar do tempo e com o aprendizado oriundo da Casa Familiar Rural, muitos deles não cultivam as mesmas plantações todos os anos, e a produção se divide em comercial e de subsistência. Os pais são os responsáveis pela propriedade e o número de pessoas que trabalham nestas propriedades, está em torno de 4 pessoas, compreendendo: pai, mãe e 2 filhos.

Com a finalidade de proporcionar condições de diferenciar o mundo, ao iniciar a frequência à Casa Familiar Rural, os jovens agricultores familiares, relataram que a forma de se expressar e de conviver em sociedade melhorou bastante. Para eles, o conhecimento adquirido, mudou em suas vidas pela aprendizagem de importantes elementos, os transformam em pessoas capazes de se expressar de forma completa. Além do conhecimento obtido, o trabalho ficou mais fácil.

Todo o conhecimento adquirido é utilizado para desenvolver atividades voltadas para a agricultura. Dessa forma, convêm dizer que com o estudo, 88% do conhecimento é repassado para a propriedade, o que denota que o agricultor familiar, compreende um excelente disseminador de conhecimento.

Com a análise, é possível afirmar que a permanência e qualificação, constitui uma linha de ação importante. Embasados nos fatos e análise realizada, pode-se comprovar que a permanência está diretamente relacionada com a qualificação. Dessa maneira, 98%, pensam em não sair, ou seja, continuar na atividade. Apenas 1% disseram que podem sair, e outros 1%, disseram depender de algum fator para sair, entre eles, a oportunidade de conseguir um emprego na cidade.

Os educandos da Casa Familiar Rural, turma do ano 2009, relataram que o que mais influencia, são as oportunidades encontradas para estar qualificando-se. Exemplo disso, é o fato do educando/a não deixar as atividades agrícolas para estudar, podendo conciliar estudo e trabalho. Dessa forma, a aplicabilidade do que se aprende é facilitado e todos de alguma forma, estão familiarizados com as atividades na agricultura.

No período em que não estão na Casa Familiar Rural, os educandos estão junto à propriedade, desenvolvendo o que aprenderam e pondo em prática os conhecimentos recebidos. Ao frequentar a Casa Familiar Rural, o jovem passa a ter uma vida mais digna e com responsabilidades. Ao longo do tempo, eles trabalham na propriedade,

ajudando suas famílias, seja em casa no serviço diário, com a plantação ou com o manejo de animais, gado, ovelhas e suínos.

Os educandos avaliam sua participação na Casa Familiar Rural como sendo bom, para eles. Há tempo para estudar e não perdem tantos dias de serviço. Colocar em prática os conhecimentos aprendidos durante a semana, significa abrir espaço para os pequenos agricultores e o estudo dessa forma, não prejudica o aprendizado e nem as atividades desempenhadas na propriedade.

A Casa Familiar Rural orienta aos educandos a permanecer no campo e continuar com a atividade. Para muitos, é uma forma de buscar maneiras inovadoras para diversificar a propriedade e facilitar a entrada de novos conhecimentos e técnicas disponíveis para trabalhar em grupo e viver em comunidade.

Para o jovem agricultor, o estudo recebido na Casa Familiar Rural, proporciona qualificação para permanecer no campo, pois com o aprendizado é possível viver, trabalhar e se manter, sem pensar em buscar alternativas de vida em um centro urbano. Para eles, continuar com a atividade rural, é prosseguir com a simplicidade da família e evoluir para permanecer no campo com conhecimentos e qualidade de vida, praticando o que se aprendeu para melhorar a continuidade da atividade idealizada por seus pais.

A Casa Familiar Rural é pontuada como um importante aliado para o desenvolvimento do jovem enquanto pessoa e também ao município. Para o jovem em sua família ou comunidade, passa a ser um ponto de referência na difusão de conhecimento, isto é importante porque ele permanece em sua propriedade, administrando e trabalhando com entusiasmo.

Para os educandos, a principal característica definida para a questão da permanência no campo, é o acesso a informações, ou seja, à qualificação, entre elas, a encontrada na Casa Familiar Rural. Logo, constitui um instrumento para viabilizar a permanência do jovem no campo. A influência que a Casa Familiar Rural proporciona aos jovens, faz com que a qualificação para a atividade rural, apresente dados satisfatórios. Embora alguns tenham encontrado oportunidades longe do campo, muitos ainda possuem vínculo com o campo, através das famílias que permanecem, caracterizando o não abandono total do campo.

Para a Prefeitura e órgãos envolvidos com a agricultura, auxiliaram na criação da Casa Familiar Rural. A participação da comunidade, fizeram com que o jovem agricultor buscasse qualificação, mas que permanecesse na propriedade, orientando sua família a buscar melhor qualidade de vida. Com base em estudos sobre a Casa Familiar

Rural, trata-se de uma escola diferenciada que se insere na comunidade para fomentar o desenvolvimento global, formação de novas lideranças, envolvendo as famílias no aprendizado integral permanente, preparando as famílias a serem receptores de inovações tecnológicas e proporcionar ao jovem agricultor continuar ajudando sua família nas atividades do campo.

Para o município, esta experiência agrega valor a todos os que participam de alguma forma na vida egressa dessas pessoas, fazendo com que seja disseminada para toda a comunidade, ampliando a qualidade de vida desta população. Juntamente com entidades e parceiros, a Casa Familiar Rural de Candói, exibe um objetivo a melhorar a vida daqueles que trabalham e vivem de suas atividades.

Com a participação do jovem agricultor na Casa Familiar Rural, é possível desenvolver um projeto de implantação de hortas experimentais. Pois com aulas práticas e teóricas, possibilitam a manutenção de suas propriedades. Através deste projeto de olericultura, a produção é ampliada, melhorando a condição de vida nesta propriedade e minimizando custos. Razão pelo qual, um dos principais objetivos é assegurar ao jovem uma formação integral qualificando a permanência na atividade rural, evitando o êxodo rural. O conhecimento adquirido, retorna à propriedade como fonte de renda através da aplicação técnica fornecido pela Casa Familiar Rural.

Com o relato dos entrevistados, o estudo favorece a permanência no campo, uma vez que o conhecimento é a base de um desenvolver de atividades repassadas pelos pais, mas de forma a facilitar o desempenho que a propriedade merece. Dessa forma, para eles, a permanência é o início de uma nova fase no campo, pois com o conhecimento adquirido faz com que o jovem agricultor tenha a certeza daquilo que quer para sua vida, ou seja, permanecer no campo e estar sempre em busca de oportunidades que possam ser aproveitadas para o melhor desempenho no meio rural.

De acordo com as informações colhidas junto aos educandos, pode-se comprovar que a qualificação é um meio de permanecer no campo. Para as famílias, todas concordam que a formação do jovem na Casa Familiar Rural contribui para a diversificação, pois durante esta análise, nas propriedades dessas famílias houve a implantação de novas atividades, à partir da formação do jovem agricultor. Para Carneiro (2005, p. 23), a família não deve ser entendida tão-somente como um grupo estruturado, segundo as condições históricas e culturais que o cercam. Faz-se necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior dela, uma vez que agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento, ou de representação.

As famílias se preocupam com o futuro dos jovens agricultores. A família é o fundamento da sociedade rural, por isso, a unidade familiar como agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários fortalece as relações familiares por articular e estruturar a identificação das transformações e mudanças sofridas no campo ao longo do tempo. A idéia de buscar este tipo de qualificação para os filhos, emerge dos pais que não tiveram a mesma condição enquanto jovem. Para eles, qualificar os filhos significa buscar conhecimentos novos sobre a agricultura e saber que o jovem está aprendendo técnicas para facilitar a continuidade da atividade.

Para o estudo, relacionado às famílias, participaram da pesquisa, pai, mãe ou ambos. Em cada situação, pode-se constatar que há uma preocupação latente entre qualificação para a atividade rural e permanência do jovem agricultor no campo, o que faz com que os pais assumam a responsabilidade de deixar com que os filhos participem da Casa Familiar Rural. Para os pais, a importância desse tipo de escola significa continuidade da atividade, atuação e competição de forma igualitária.

Para os agricultores familiares, ou seja, para os pais dos jovens, a contribuição da Casa Familiar Rural, é proporcionar conhecimentos e técnicas que ajudam a obter uma maior produtividade, pois na maioria dos casos, a produção é para fins de subsistência, devido ao tamanho das propriedades e todos possuem a mão-de-obra familiar. Pode-se perceber que em algumas propriedades, a produção é realizada de forma comercial, ou seja, produção de leite, olericultura e grãos, feijão e milho.

A partir da experiência vivenciada na Casa Familiar Rural, o foco do ensino, acontece além da realidade dos jovens agricultores, ou seja, com a participação ativa da família na formação dos mesmos. O diferencial da Casa Familiar Rural, são os instrumentos utilizados, tais como: visita na propriedade, visita essa que é feita pelos monitores (educadores) na propriedade dos alunos, participando assim da realidade da família. Cabe observar a evolução e o desenvolvimento do jovem agricultor e de suas famílias a partir do ingresso na Casa Familiar Rural.

Durante as entrevistas, com os responsáveis pelos educandos, foi possível observar o envolvimento e a participação da família junto aos assuntos referentes ao jovem agricultor. As propriedades estão localizadas próximas e o fator localização da propriedade é considerado importante, pois a visita dos monitores até as propriedades das famílias é facilitada. A alternância educativa significa aprendizagem contínua mesmo em espaços e tempos diferentes, escola- família-comunidade-trabalho.

De acordo com Wanderley (1999, p. 25), a agricultura familiar é um modelo produtivo onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, neste

modelo permanece um modo específico de organizar a produção cujo funcionamento tem como referência a própria estrutura familiar da unidade de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada apontou a necessidade de se buscar uma nova estratégia para a permanência do jovem agricultor no campo. Com base nas melhorias que a qualificação traduz ao homem do campo, o jovem agricultor, busca condições para inovar e aumentar a produtividade, através de tecnologia para a produção, e utiliza-se da mão-de-obra familiar existente na propriedade. Com isso, evita-se o êxodo rural e garante aos agricultores um rendimento mensal, bem como favorece a busca por novos conhecimentos para a atividade em questão.

Durante o estudo desenvolvido foi possível verificar uma predominância de jovens do sexo masculino na Casa Familiar Rural, o que representa 88% dos educandos e apenas 12% são do sexo feminino. Esse dado confirma que há uma discrepância do meio rural onde prevalece a masculinização. Isto se mostra claramente quando o jovem agricultor permanece no campo, ao contrário das jovens agricultoras que, mesmo permanecendo, ficarão alheias à atividade, ou seja, constituirão famílias. No caso dos jovens, os homens querem continuar trabalhando na propriedade, enquanto que as jovens agricultoras demonstram o desinteresse na continuidade da atividade.

O envolvimento do jovem na permanência para o desenvolvimento da atividade rural mostra que ele precisa estar preparado para auxiliar na propriedade da melhor forma possível. A vantagem de capacitação dos jovens vai desde a preocupação com o futuro das propriedades, a maior abertura, por parte deles para mudanças a novos processos produtivos, bem como o incentivo a continuar e se envolver cada vez mais com a atividade rural.

Ao permanecer no campo, o jovem agricultor através do processo de qualificação, vê de forma sustentável e economicamente viável, como otimizar o uso dos recursos naturais disponíveis. Aprende técnicas de manejo que permite aumentar a produtividade de suas atividades, aprender a administrar sua propriedade de forma correta. Isso pode ser conseguido através de qualificação que ajudam a melhorar a qualidade de vida no campo.

Assim, esta estrutura produtiva colabora diretamente no desenvolvimento e participação efetiva de toda a família. Os jovens agricultores, iniciam sua participação

nas atividades rurais muito cedo, passando a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural em relação aos deveres como agricultor.

Para que a agricultura familiar continue exercendo o papel importante para o país é necessário que o jovem agricultor se qualifique, pois serão os responsáveis pelo futuro do setor e estejam preparados para as eventuais mudanças que venham acontecer. Através de meios que fortaleçam a agricultura familiar, como uma forma de garantir a permanência do jovem agricultor no campo, constitui a qualificação uma busca incessante para que aliado à diversificação da atividade, seja capaz de promover a integração econômica.

Diante do exposto, a problemática da relação entre permanência do agricultor no campo e qualificação, evidenciou-se com o estudo que a qualificação possibilita a permanência do jovem no campo.

Portanto, a permanência do agricultor familiar no campo através da qualificação, é uma forma de fazer com que o homem do campo exerça suas atividades produtivas na propriedade, onde o conhecimento adquirido, assume diversas formas de atuação no espaço rural. Com isso, é possível afirmar que a qualificação fortalece a agricultura familiar. Dessa forma, a capacitação dos jovens agricultores, e as mudanças, bem como, novos processos produtivos, incentiva cada vez mais pela permanência no campo e o desenvolvimento da atividade rural.

QUALIFICATION AND STAY IN THE FIELD OF FARMER FAMILY: THE FAMILY HOME OF THE RURAL MUNICIPALITY OF CANDÓI

ABSTRACT

The importance of family farming is present in the Brazilian market, and plays the man's stay on the field, reducing the rural exodus. Thus, to explore the environment without degrading nature, causes the family farm provides the permanence of man in the field of income generation and environmentally friendly. Example, the sector is responsible for food safety in the country, generating products of the food basket consumed by Brazilians. Denotes this, that the family farm has capacity to generate income, make good use of physical space and contribute to the Brazilian agricultural production. Given the above, the issue of permanence of the relationship between a young farmer in the field and qualifying, it became evident that there are solutions to reverse the number of young people leaving the area and working in rural property. One is participation in the Rural Family House, which makes the couple seek to qualify to continue in activity which, your parents guide you to stay. The Rural Family House, is an instrument for the permanence of the young farmer in the field. His contribution, provides differentiation for the stay therefore has as a guiding principle, the

combination of theoretical education combined with practice. Soon, we highlight the importance of this type of education aimed at farmers. At Casa Familiar Rural, a young farmer, receives a comprehensive education designed to know and understand the reality in which he lives. Everything happens in a holistic and integrated, which makes the transfer of knowledge is directed to agriculture.

Keyword: Family Farming. Rural Family House. Qualification. Residence.

REFERÊNCIAS

CANCELIER, J. W; CAMPOS, N. J; BERTOLLO, V. L. (2005). **Agricultura familiar:** possibilidades e estratégias reprodução; O caso de Chapecó – SC (III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CARNEIRO. M.J. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira:** análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CASTRO, N. A. **Qualificação, mercados e processos de trabalho:** um estudo comparativo no complexo químico brasileiro. Salvador, agosto de 1995. (mimeo)
EMATER, **Qualificação dos produtores de leite.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1794>>. Acesso em 18 de out. de 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. **São Paulo em perspectiva**, v.8, n.1, p.144-153, jan./mar. 1994.

GODINHO. M. S. O. **Pedagogia da Alternância: uma proposta diferenciada.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3845/1/pedagogia-da-alternancia>>. Acesso em 3 dez. 2009

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Candói.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85140>> Acesso em 28 de abr. de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar – Saf. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e de Produtos Apícolas. Brasília, 02 de junho de 2009. Disponível no site: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS_CONSELHOS/CAM_CON_CAMARAS/SETORIAIS/MEL/APRESENTACOES/XIII_RO/APP_MDA%20-%20PRONAF.PDF>. Acesso em 10 de dez. de 2009.

OLALDE A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em 01 de dez. de 2009.

PASSADOR, C. S. **Um estudo do Projeto Escola do Campo - Casa Familiar Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: A Pedagogia de Alternância como Referencial de Permanência**. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, USP, 2003.

SACHETO, R. **Agropolos: sustentabilidade para agricultura familiar**. 2006. Disponível em: <http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-23942006000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 de jun. de 2010.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 405p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.